

O PACIG e os Guarani - reconfiguração do espaço de diálogo entre as comunidades indígenas e o Estado Brasileiro¹

Maria Janete Albuquerque de Carvalho

Mestranda PPGAS/UnB – Antropóloga da Funai²

Resumo:

A partir dos estudos de impacto sócio-ambientais necessários para a duplicação da rodovia BR 101, entre os municípios de Palhoça no Estado de Santa Catarina e Osório, no Rio Grande do Sul, verificou-se a necessidade de elaboração e execução de ações que garantissem às comunidades Guarani que estão localizadas entre Florianópolis, em Santa Catarina e Osório, Rio Grande do Sul (nove no total) , como medidas de mitigação e compensação pela maior fragmentação do território Guarani e mitigação para que a obra não agravasse ainda mais a situação precária dos Guarani - surgindo assim o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani- PACIG. A concepção e implementação do PACIG buscou levar em consideração a participação indígena a partir da discussão com as comunidades sobre as ações que seriam executadas e nas diretrizes para sua execução. A experiência e avaliação da implementação deste Programa desde 2002 fornecem dados importantes na "re"- configuração da identidade Guarani junto aos executores de políticas públicas - em especial a Fundação Nacional do Índio (Funai), forçando com que a ação da Funai também seja re-configurada a partir dessa nova interação junto às organizações indígenas Guarani, especialmente na criação de espaço de discussão e participação das comunidades em relação à compensação que lhes são devidas.

Palavras-Chave: Licenciamento Ambiental, Guarani, política indigenista.

Introdução

A rodovia BR-101, também denominada translitorânea, é uma rodovia federal longitudinal do Brasil. Seu ponto inicial está localizado na cidade de Touros (RN), e o final em São José do Norte (RS). Atravessa os estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Fundação Nacional do Índio – órgão federal responsável pela execução da política indigenista do Estado Brasileiro – subordinada ao Ministério da Justiça.

Grande do Sul. Em toda sua extensão tem também a denominação oficial de Rodovia Governador Mário Covas.

É considerada uma das mais importantes rodovias brasileiras, ligando, pelo litoral, o sul ao nordeste brasileiro.

A construção, pavimentação e atualmente a duplicação das rodovias, fazem parte de um projeto desenvolvimentista que visa a integração do país e a facilidade em se intercambiar serviços e recursos entre as diversas regiões brasileiras.

A concepção atual de desenvolvimento econômico (é um processo dinâmico de melhoria, que implica uma mudança, uma evolução, crescimento e avanço) ganha força após a segunda Guerra Mundial, “seduzindo” as nações como uma maneira moderna e justa de se eliminar a pobreza (Rist, 1996). Fundamentada especialmente nos ideais capitalistas, esse conceito de desenvolvimento foi criado dentro de uma história e cultura particular, refazendo as relações sociais e de relacionamento com a natureza- já iniciada na Revolução industrial.

O domínio da natureza - conseqüentemente do selvagem- e de seus recursos naturais é parte essencial do desenvolvimento, numa contraposição entre o “progresso” e o “primitivo”.

As atividades, projetos e empreendimentos ligados a esse desenvolvimento “esbarram” invariavelmente às diferentes concepções e formas de organização social, uma vez que esse modelo não prevê a acomodação de diferentes povos e realidades. Trata-se de um modelo que busca ser homogêneo tanto em metas quanto em indicadores utilizados para medir o grau de desenvolvimento de um país.

A duplicação da BR 101 é uma das metas governamentais a pelo menos quinze anos, sendo que suas obras tem sido divididas em trechos e executadas de acordo com a necessidade e obtenção de financiamento de recursos.

O trecho compreendido entre as cidades de Palhoça, no Estado de Santa Catarina e de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul – também chamado de BR 101 sul teve seu planejamento de duplicação ainda na década de 90 do século XX, já devidamente inserido nas normas definidas pela Resolução 237 de 1997 do CONAMA, que estabeleceu as regras para o licenciamento ambiental de grandes obras.

Segundo a Resolução 237/97, para o planejamento e possível execução de obras, são necessários estudos – os chamados “Estudos de Impacto Ambiental (EIA)”- que tem como objetivo, além de verificar a viabilidade, apontar as medidas necessárias para a realização da obra. O EIA possui uma abrangência ampla, incluindo aí o meio físico, biótico e o antrópico.

É no meio antrópico – chamado de “Meio Sócio-econômico”, estão inseridos os estudos de impacto para as comunidades e terras indígenas, denominado no processo de “componente indígena”.

O componente indígena do processo de licenciamento ambiental da duplicação da BR 101 Sul, realizado em 1998, buscou levar em consideração desde aspectos de ocupação territorial característico dos Guarani³, quanto a situação política, econômica de ocupação regional e como esta ocupação poderia colocar em risco a integridade física e cultural das comunidades indígenas que utilizam a BR 101.

Nos estudos do componente indígena, foram identificadas nove comunidades Guarani (Mbyá e Nhandeva) que matinham relação ou referência com a BR 101 especificamndo apenas o trecho entre os municípios de Palhoça e Osório, com mais de cem indivíduos.

Dentre os pontos relacionados nos estudos de impacto, a insegurança relacionada à falta de definição fundiária e das poucas terras indígenas na região eram aspectos centrais para qualquer tipo de ação prevendo mitigar ou mesmo compensar qualquer impacto que pudesse ser proveniente da duplicação da BR 101.

Partiu-se do princípio que os Guarani, embora divididos em pequenas ocupações ao longo da rodovia, estavam ocupando áreas que fazem parte do grande território histórico, que vai desde a Argentina e Paraguai, estendendo-se pelo litoral até o estado de São Paulo e Espírito Santo.

“o território Mbyá, a ocupação, o assentamento é uma terra que deve em primeiro lugar ser sonhada. Ela não é eleita aleatoriamente, então é uma terra que tem que ser sonhada..” Garlet, apud Darella, 1999.

Com a desconfiguração do território Guarani, a partir da colonização, é cada vez mais difícil que os lugares onde se encontram os Guarani sejam considerados *Tekohá*, como chamam a atenção Garlet (1997) e Darella (1999) já que muitas vezes ocupam lugares “emprestados”, ou simplesmente que não garantem a sobrevivência de acordo com seus preceitos sócio-mítico-culturais.

³ Os Guarani, no Brasil, podem ser divididos em pelo menos 3 grupos: os Kaiowá, os Nhandéva ou Xiripá e os Mbyá. A origem desses subgrupos pode ser explicada pela maneira com que estes se colocaram perante as missões jesuíticas da época da colonização. A língua Guarani faz parte do grande Tronco Tupi, família Tupi-Guarani, que conta com mais de 21 línguas espalhadas pelo Brasil. Vale lembrar que, segundo Ladeira (2001), foi somente a partir do século XX, com os estudos etnográficos realizados por Bertoni, Nimuendaju, Cadogan, Schaden, entre outros, que os Guarani foram classificados a partir das diversidades lingüísticas, organização social, costumes e rituais.

Além das ações relacionadas à definição fundiária, os estudos também indicaram a necessidade de se estruturar e executar ações que pudessem trazer garantias de sustentabilidade, tanto físicas e culturais às comunidades indígenas relacionadas a este processo⁴.

Foi este estudo que serviu de base para a construção e execução do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani- PACIG, que contém ações para as nove comunidades indígenas do trecho sul da BR e está atualmente em plena execução.

O PACIG

O PACIG foi concebido a partir dos estudos de impacto para as comunidades indígenas do projeto de duplicação da BR 101, em seu trecho sul. Sua proposta foi desenvolvida pelos servidores da Funai, do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente – DEPIMA e discutida com as comunidades indígenas citadas nos estudos de impacto. Além da discussão com as comunidades indígenas, houve a ampla participação do Ministério Público Federal e de entidades ligadas à defesa dos Guarani na região.

Suas ações foram divididas em três subprogramas principais: o subprograma fundiário, o subprograma sócio-econômico-ambiental e subprograma de infra-estrutura. Além desses, também foi previsto um subprograma de monitoramento para gerenciar sua execução. A proposta do PACIG resultou num convênio entre a Funai e o Departamento de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT – responsável pelas obras da BR 101), em 2002.

Embora definidos em grandes subprogramas, cada comunidade possui atividades específicas, que vão desde a aquisição de áreas, até a construção de grandes açudes e projetos de sustentabilidade econômica, conforme descritos a seguir:

⁴ Da mesma maneira que o processo de licenciamento ambiental, as comunidades indígenas foram divididas por trechos para fins de análise dos impactos. Ressalta-se entretanto, que não foi deixado de lado as referências de unidade étnica e da dinâmica de ocupação territorial dos Guarani.

MEDIDAS ESPECÍFICAS

PROJETO 1 – CAMPO BONITO/RS
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato - Galpão de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Estufa
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 2 – RIOZINHO/RS
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
--Aquisição de alevinos -- Construção de Açudes- Pomar- Consultoria técnica
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 3 –MASSIAMBU/SC
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 4 – VARZINHA/RS
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica
Subprograma Fundiário
- Área para loja de artesanato

PROJETO 5 – CAMBIRELA/SC
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 6 – CACHOEIRA DOS INÁCIOS/SC
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica - Aquisição de equipamentos
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 7 – MORRO DOS CAVALOS/SC
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato - Estufa
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica - Aquisição de equipamentos
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 8 – BARRA DO OURO/RS
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Casa comunitária com 3 quartos de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar; - Escola de alvenaria e/ou madeira com instalação de água, esgoto e energia solar - Posto médico de alvenaria e/ou madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Casa de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica - Aquisição de equipamentos - Melhoria e conservação de estrada de acesso
Subprograma Fundiário
- Aquisição de terras e área para loja de artesanato, conforme estudos dos Grupos Técnicos (GT)

PROJETO 9 – PRAIA DE FORA/SC
Subprograma de Infra-Estrutura
- Casa alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia - Quiosque de artesanato de alvenaria <i>elou</i> madeira com instalação de água., esgoto e energia solar - Paisagismo para casa de artesanato
Subprograma Sócio- Econômico-Ambiental
- Aquisição de animais; - Benfeitorias rurais - Pomar; - Consultoria Técnica
Subprograma Fundiário
- Área para loja de artesanato.

O PACIG E OS GUARANI

O PACIG começou a ser executado em 2006 com a criação de um grupo de trabalho dentro da Funai que é a responsável pela execução das ações previstas no Convênio. A primeira ação do grupo de trabalho foi a realização de reuniões em cada uma das comunidades indígenas para apresentação das ações – levando-se em conta os 4 anos de atraso- e para indicação de representantes de cada comunidade para compor o grupo de trabalho.

Tal medida teve como objetivo a inclusão dos Guarani na fiscalização e acompanhamento das ações do Convênio e em especial em relação aos gastos dos recursos previstos. Em 2006 não haviam associações ou organizações indígenas estruturalmente estabelecidas para participarem da execução das medidas.

Além disso, foram avaliadas as ações propostas no contexto atual, para sua atualização e adequação, partindo-se do princípio do dinamismo social dos povos envolvidos.

A primeira ação a ser posta em funcionamento foi a aquisição das áreas como compensação, totalizando sete áreas. Na primeira avaliação, verificou-se a necessidade de adequação do subprograma fundiário tendo-se em vista o estabelecimento e cisão de algumas das comunidades.

Essa ação foi resultado de ampla discussão sobre a regularização fundiária como um todo para os Guarani. Embora os estudos de impacto apontem para a regularização fundiária (sem especificar de que maneira), foram realizadas grandes discussões sobre o modelo a ser adotado para esta ação: identificação e delimitação (partindo-se do princípio previsto no artigo 231 da Constituição Federal) ou eleição de área (tendo como base legal a Lei 6.001/73). Optou-se, por

ser uma compensação ambiental e por ser obrigação da Funai a identificação e delimitação de terras indígenas, a compra de áreas para os Guarani, sem prejuízo das áreas já reivindicadas por eles.

Com a participação direta das comunidades, das sete áreas previstas inicialmente, cinco já foram adquiridas, sendo que a previsão para finalização do subprograma fundiário é julho de 2008.

Os demais subprogramas não tiveram ações efetivas nos últimos dois anos, principalmente em razão da indefinição fundiária que os Guarani ainda enfrentam : das reivindicações fundiárias mapeadas desde o início do processo, apenas a TI Morro dos Cavalos teve alguma definição.

A participação dos Guarani, especialmente a partir de 2007, não se restringiu à definição fundiária ou mesmo ao acompanhamento das ações executadas. Com a criação das comissões de terras , tanto dos estados quanto a nacional, as lideranças deste movimento tem buscado maior participação na tomada de decisões, solicitando sua participação e convocando reuniões para esclarecimentos de todas as atividades realizadas.

Segundo Lima (2002), o surgimento das organizações indígenas, em todas suas instâncias, deve ser considerado um avanço, visto da perspectiva da construção de alternativas para a mediação entre Estado e povos indígenas, com reivindicações políticas (inclusive territoriais) e com o estabelecimento de parcerias, inclusive para a execução de diversas ações de proteção e de apoio assistencial.

A Funai por sua vez, tem buscado adaptar-se aos novos canais de interlocução dos Guarani, buscando garantir a participação e representação de todos os setores da comunidade. Inclusive, os subprogramas sócio-econômico-ambiental e o de infra-estrutura que estão passando por mudanças e adaptações- precisam ser atualizados tanto em necessidade quanto em sua forma de execução – deverão contar com a participação direta tanto dos representantes das comissões, quanto das lideranças de cada comunidade.

É percebido que a Funai, representando todas as relações entre Estado e povos indígenas carece de preparação e atualização sobre as novas formas de interação com esses povos e com as organizações indígenas, mesmo sendo um órgão que, pelo menos a partir de projetos como o PACIG, busca fazer uma reflexão sobre suas ações.

Mais que uma participação restrita às ações previstas no Convênio, a inserção das lideranças tem como objetivo o auxílio nesse processo de amadurecimento da organização

indígena e de sua participação nos processos políticos envolvendo ações do Estado e as comunidades indígenas.

Nesse processo, está previsto para o ano de 2008, uma grande reunião com todas as lideranças e participantes das comissões para rediscussão das metas propostas no Convênio e adequações que já se mostraram necessárias, inclusive no modelo proposto para a aquisição das áreas e seu registro cartorial.

No momento atual da questão indígena no Brasil, deve-se observar na “ênfase” de uma nova articulação entre a sociedade civil, o Estado e os povos indígenas, onde a participação popular torna-se cada vez mais presentes e deve-se questionar sobre como as formas de lidar com essa questão interagem com conjunto de discursos que articulados, podem propor uma profunda reformulação dentro do órgão oficial, com a mudança de perfil de seus quadros e na modificação de seu relacionamento com outros organismos governamentais e de suas parcerias com entidades não governamentais e organizações indígenas. Mais que isso, as organizações indígenas passam a ter papel importante e central nessa configuração da questão indígena.

Processos como o PACIG, sua execução e sua avaliação nos fazem refletir sobre a aplicação de uma política pública em nível nacional, como é pensada a política indigenista, e as dificuldades na identificação de um interlocutor entre os diversos campos de atuação, buscando resolver a dúvida de “quem representa quem”?

Mais que simplesmente uma busca por espaços políticos é necessário o reconhecimento das lideranças de organizações indígenas como interlocutores tão legítimos quanto os servidores da FUNAI e demais parceiros dos povos indígenas.

BILBIOGRAFIA

ALBERT, Bruce, 2000. "Associações Indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira" in Ricardo 2000:197-207. **Povos Indígenas do Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental.

BAINES, Stephen G. - A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção de 'Autodeterminação Indígena' Dirigida, *Revista de Antropologia* da Universidade de São Paulo, Volume 36, 1994:207-237.

BARROSO-HOFFMAN, Maria, IGLESIAS, Marcelo Piedrafita, GARNELO Luiza, OLIVEIRA, João Pacheco e LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2004. *A administração pública e os povos indígenas. A era FHC e o governo Lula: transição?*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos,

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever". In *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP: 17-35.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **Quando Fazer é Refletir**. 1993. Republicado em *Revista Ciência Hoje*, vol. 19, pp. 46-49. Rio de Janeiro: SBPC, 1995.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1978. *A Sociologia do Brasil Indígena*. . Brasília: UnB, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1988. "As 'categorias do entendimento' na Antropologia". Em *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq. pp. 27-48.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996 [1964]. *O Índio e o Mundo dos Brancos*, Campinas: Editora da Unicamp, 4ª Edição. ("Introdução: A noção de Fricção Interétnica", pp. 33-52. "Apêndice: 'Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil (Projeto de Pesquisa)", pp. 173-182).

CHEROBIM, Mauro. *Os índios guarani do litoral do Estado de São Paulo: análise antropológica de uma situação de contato*. FFLCH-USP

CLASTRES, Hélène. 1978. *Terra sem mal, o profetismo tupi-guarani*. Editora Brasiliense, São Paulo.

DARELLA, Mª Dorothea Post. 1999. *Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101*

FELIPIM, Adriana Perez. 2001 *O sistema agrícola Guarani M'Bya e seus cultivares de milho : um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP*. Piracicaba : Esalq, 120 p.

FUNAI , Fundação Nacional do Índio – Processo 1077/98 – Licenciamento Ambiental da duplicação da BR 101 – trecho entre Palhoça e Osório;

GRENAND, Pierre & GRENAND, Françoise. 2002. "Em busca da aliança impossível. Os Waiãpi do norte e seus brancos (Guiana Francesa)". In *Pacificando o Branco. Cosmologias do*

contato no norte-amazônico, Bruce Albert & Alcida Ramos (orgs.) São Paulo: Editora UNESP, pp. 145-178.

GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Os Guarani-Mbyá e a superação da condição humana. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: PPGAS/DAN/UnB, 2001.

L'ESTOILLE, Benoit de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia. 2002. **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Volume Dumará REIS, Elisa Pereira. 1998. Processos e escolhas: estudos de sociologia política. Coleção Typographos. Contra Capa Livraria Ltda.

LADEIRA, Maria Inês Martins. 1992 *"O caminhar sob a luz"* : o território Mbyá a beira do oceano. São Paulo : PUC, 199 p.

LADEIRA, Maria Inês 1996. Migrações Guarani M'Bya. *Travessia*, São Paulo : CEM, v. 9, n. 24, p. 21-4, jan./abr..

LADEIRA, Maria Inês. 2000. "As demarcações guarani, a caminho da Terra sem Mal". Em: *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo.

LADEIRA, Maria Inês. 2001. *Espaço geográfico guarani-mbyá: significado, constituição e uso*. USP, São Paulo.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2002. "Ação Indigenista e Utopia Milenarista. As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna". In *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte-amazônico*, Bruce Albert & Alcida Ramos (orgs.) São Paulo: Editora UNESP, pp. 277-309.

RAMOS, A.R., *Hierarquia e Simbiose: Relações Intertribais no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, INL/MEC, 1980.

RAMOS, Alcida Rita. 1998. *Indigenism. Ethnic Politics in Brazil*. Madison: The University of Wisconsin Press

RAMOS, Alcida Rita. 2003. "Pulp Fictions of Indigenism". In *Race, Nature and the Politics of Difference*, D. Moore, J. Kosek and A. Pandian (ed.). Duke University Press, pp. 356-379.

RAMOS, Alcida Rita. **Convivência Interétnica no Brasil. Os Índios e a Nação Brasileira**. 1997. Republicado em Miguel Bartolomé e Alicia Barabas (orgs) *Autonomías Étnicas y Estados Nacionales*, México: Conaculta-INAH, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenismo de Resultados**. 1990. Republicado em *Revista Tempo Brasileiro*, vol. 100, 133-149. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990

RAMOS, Alcida Rita. *Nações Dentro da Nação: Um Desencontro de Ideologias*. 1993. Republicado em Zarur, G. (Org.) *Etnia e Nação na América Latina*, pp. 79-87. Washington: OEA, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (10):5-14.

RAMOS, Alcida Rita. **Os Direitos do Índio no Brasil. Na Encruzilhada da Cidadania**, 1991. Republicado em *A Proteção dos Direitos Humanos nos Planos Nacional e Internacional: Perspectivas Brasileira* (Antonio Augusto Cançado Trindade, ed.), pp. 225-235. San José da Costa Rica/Brasília: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1992.

RAMOS, Alcida Rita. **Uma Crítica da Desrazão Indigenista**. Série Antropologia. 1998.

RAMOS, Alcida. 1990. "Ethnology Brazilian Style", *Cultural Anthropology*, vol. 5, nº 4, pp. 452-472.

RIST, Gilbert (1996), **Le développement, histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Presses de Sciences Po, 426 p.

STEVENHAGEN, Rodolfo. 1998. "El sistema internacional delos derechos indigenas". In *Autonomias étnicas y Estados Nacionales*, Miguel Bartolomé & Alicia Barabas (org.). México: Conaculta –INAH.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: O projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de